

# Migração Intrametropolitana: Características e tendências atuais na RM de Campinas\*

Ednelson Mariano Dota\*

## Resumo

Com o arrefecimento das migrações de longa distância, tendência das últimas décadas, os movimentos de curta distância começam a ter maior importância para a redistribuição populacional, e para a compreensão do atual processo de metropolização no Brasil. A mobilidade intrametropolitana apresenta-se como fenômeno de compreensão primordial, tendo em vista a sua importância não apenas como fator redistributivo de população, mas também como estratégia de adaptação frente aos obstáculos inerentes das metrópoles, como a questão habitacional e laboral. A Região Metropolitana de Campinas, um dos mais importantes pólos de atração populacional do estado de São Paulo, mantém ainda relevante saldo migratório, que contribui não apenas para o seu crescimento, mas também para o aumento da importância da migração intrametropolitana dentre seus municípios, através da redistribuição. Na primeira parte, buscar-se-á analisar a importância da migração intrametropolitana no contexto da formação e estruturação da metrópole, vindo posteriormente uma revisão da formação da Região Metropolitana de Campinas, e por fim uma análise da migração intrametropolitana nesta região no atual contexto de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** migração intrametropolitana; redistribuição populacional

---

\* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

\* NEPO/UNICAMP; eddota@yahoo.com.br.

# **Migração Intrametropolitana: Características e tendências atuais na RM de Campinas**

**Ednelson Mariano Dota**

## **Introdução**

O Brasil é um país marcado pelas disparidades econômicas e sociais, principalmente quando analisadas a partir das divisões político-territoriais. Essas desigualdades foram propulsoras das migrações, tendo em vista que a mobilidade populacional atende a diversos fatores, que atuando conjuntamente sobre a vida dos indivíduos, no âmbito político, social e econômico, acaba por criar situações em que a migração torna-se a única opção.

As migrações internas foram relevantes, transformando o país de rural para urbano, ocorrendo de forma rápida, ampla e concentrando população (Baeninger, 1999). Tais fluxos responderam às mudanças econômicas e políticas pela qual o país passou em cada momento, e foram responsáveis pela atual distribuição espacial da população. O fluxo sentido região Sudeste, principalmente originários da região nordestina, seguiram o sentido estritamente econômico: a busca por melhores condições de vida. O deslocamento espacial das populações, com suas diferentes causas é também uma avaliação dos territórios, das possibilidades que estes apresentam.

De modo geral, até a década de 80, pode-se afirmar que os movimentos migratórios de origem rural ainda podiam ser considerados relevantes (Martine, 1994), sendo que depois disso outras modalidades começaram a ganhar destaque. Apesar de não serem grandes novidades no quadro migratório nacional, estas ganham importância devido ao arrefecimento do rural-urbano, e assim passaram a ter maior relevância quanto à redistribuição espacial da população, principalmente a nível intrarregional.

## **Aspectos metodológicos da migração intrametropolitana**

No cerne dos movimentos migratórios observados atualmente, a mobilidade intrametropolitana recebe destaque enquanto fator de extrema importância para a análise e compreensão dos fatores intrínsecos às metrópoles, uma vez que, como dito anteriormente, não apenas a migração de longa distância, em especial a interestadual, vem perdendo peso à nível nacional e, portanto, sobre o crescimento demográfico das metrópoles (Cunha e Baeninger, 2007). Além disso, compreender os fatores que resultam na mobilidade interna nestas áreas envolve também questões essenciais para a reprodução social dos indivíduos, como habitação e trabalho.

No caso da RM de Campinas, embora estudos anteriores (Cunha *et al.*, 2006 e Cunha, 2009) demonstrem que a migração intrametropolitana, entendida como a mudança de município dentro da própria região, tem importância relativa menor sobre a expansão regional, particularmente se comparado com outras áreas como a RM de São Paulo, o interesse pelo seu estudo continua válido seja por sua pertinência como um dos fenômenos demográficos estruturadores do processo de metropolização, seja por suas relações tanto com a migração proveniente de fora da região como aquela que se dá dentro do próprio município.

Quando se analisam os fatores pelos quais a migração intrametropolitana está em evidência, tem-se claro que não difere de forma substancial das causas motivadoras dos movimentos de mais longa distância. Ambas buscam melhores possibilidades, como

localidades para residir (Ojima *et al.*, 2007) pelas populações mais abastadas, ou; responsável pela maior parte da mobilidade, a busca pela casa própria pela população menos favorecida.

A migração intrametropolitana, mais do que um simples movimento pode ser caracterizada como estratégia da vida metropolitana, principalmente para os menos favorecidos, pois através dela os migrantes buscam superar e se adaptar frente aos obstáculos da metrópole, sejam eles no âmbito do trabalho ou da habitação.

Como desdobramentos da migração intrametropolitana, outros movimentos são de crucial importância para a compreensão da complexidade da metrópole: os movimentos pendulares, por exemplo, podem indicar desde simples escolha por moradia em local mais tranquilo e seguro, para a classe média alta, como falta de disponibilidade de moradia em local próximo do trabalho, obrigando a população a fazer grandes trajetos diários casa-trabalho.

Neste sentido, a mobilidade pendular apresenta-se como ferramenta importante para a mensuração dos fatores supra-citados nas metrópoles. Segundo Cunha e Sobreira (2007, p.04) “a mobilidade pendular pode ser considerada como um indicativo do nível de integração e complementaridade de atividades num dado território”. Essa complementaridade não se apresenta exatamente como uma divisão socioespacial do trabalho, mas sim como problemas relacionados à acessibilidade a serviços e bens de necessidade básica, como a habitação. A especulação imobiliária e o mercado de terras, muito presente nos municípios mais industrializados das metrópoles, obriga a população a morar longe de seu local de trabalho. Essa mudança de residência “forçada” ocorre

quase que exclusivamente visando obter maior acessibilidade com relação à moradia. Nesse caso, possuir menor nível de especialização, trabalhar em outros municípios economicamente mais desenvolvidos, e em atividades mais diversificadas são aspectos predominantes entre os indivíduos migrantes intrametropolitanos. (CUNHA, 1993, p.27)

A migração intrametropolitana, ou mesmo a intraurbana, nem sempre ocorre sentido ao que se chamaria ascensão dentro da cidade. Oportunidades surgidas a partir de loteamentos populares e ocupações acabam atraindo a população menos favorecida que não é proprietária de seu local de moradia. Muda de residência, mantendo-se empregado no mesmo local, geralmente no município mais industrializado da região. Desta forma, enquanto trabalham nos municípios mais industrializados, estabelecem residência nos municípios limítrofes, pois o acesso a moradia nestes se mostra facilitado devido o baixo dinamismo econômico e a pouca diversidade das atividades de comércio e serviços, (Ojima *et al.*, 2007, p.06), que tornam preços e condições favoráveis para a aquisição de um imóvel próprio pelos trabalhadores, ou mesmo barateando o custo dos alugueis.

Quando se pretende analisar a inserção social do indivíduo na metrópole, a variável tempo de residência mostra-se fator imprescindível (Cunha, 2009), pois pode indicar, não apenas o aproveitamento do acúmulo de conhecimentos no local de residência, mas também o processo de melhorias que ao longo do tempo foram sendo edificadas, e que impactando nas condições gerais de acesso a serviços, melhora a condição de bem estar social do indivíduo.

É importante frisar que, quando se leva em consideração o tempo de residência, está se trabalhando apenas com uma parcela das pessoas que efetivamente migraram, os “sobreviventes”. Os que saíram da população não obtiveram sucesso no enfrentamento das

problemáticas típicas de uma metrópole, como a alta concentração de pobreza, o desemprego, a violência, as desigualdades sociais e a segregação socioespacial (Cunha *et al*, 2006, p.337).

### A migração e o nascimento da metrópole campineira

A Região Metropolitana de Campinas é formada por 19<sup>1</sup> municípios, com aproximadamente 2,7 milhões de pessoas, e tem um dos principais pólos industriais do país, controlando um PIB<sup>2</sup> de US\$ 17,5 bilhões, estando à frente inclusive de diversas capitais do país.

**Mapa 1**  
**Região Metropolitana de Campinas**



Fonte Base: IBGE – malhas digitais

O expressivo crescimento observado na região principalmente após a década de 1970 se deve em grande parte aos fluxos migratórios, que foram representativos na região. Os dados apresentados nos gráficos abaixo apresentam as características do crescimento demográfico ocorrido nos municípios mais antigos<sup>3</sup> da RM, e o quanto esse crescimento foi influenciado pela migração.

O gráfico 1 apresenta que o crescimento demográfico observado entre 1970 e 1980 foi fortemente influenciado pelos fluxos migratórios, sendo que em apenas dois municípios o

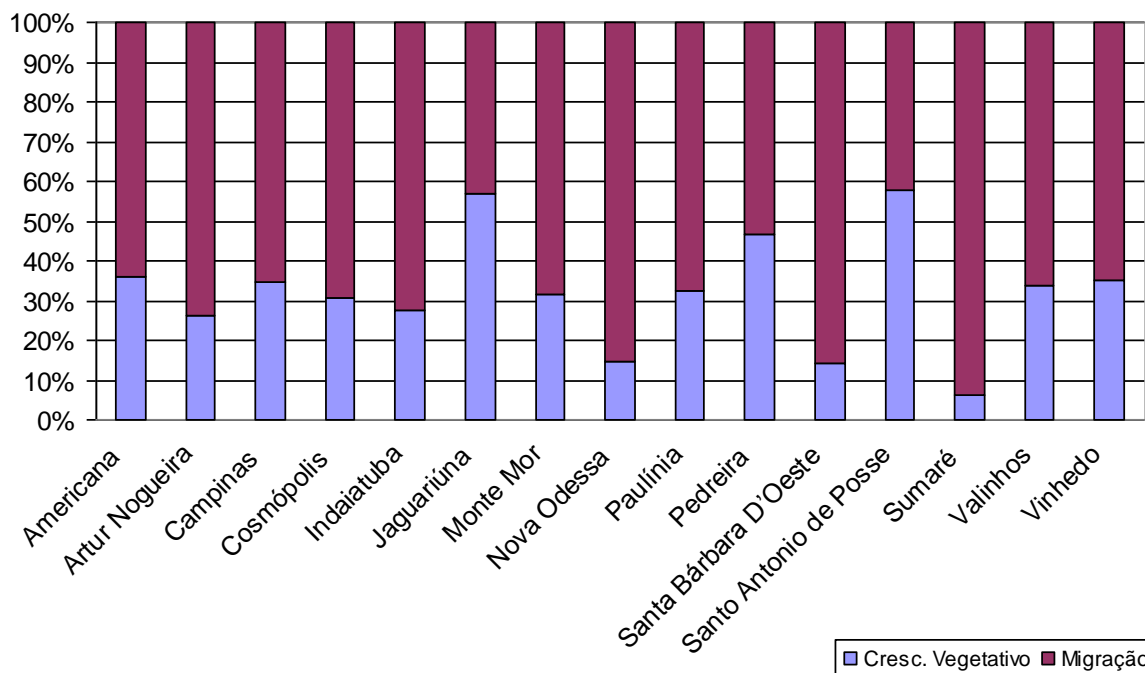
<sup>1</sup> Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

<sup>2</sup> Fonte: Emplasa. Disponível em: <[www.emplasa.sp.gov.br](http://www.emplasa.sp.gov.br)>. Acesso em: 14/02/2010.

<sup>3</sup> Ficaram sem dados para análise os município de Engenheiro Coelho, emancipado de Artur Nogueira em 1991, Holambra, emancipada de Jaguariúna, Cosmópolis, Arthur Nogueira e Santo Antonio da Posse em 1991 e Hortolândia, desmembrado de Sumaré, também em 1991.

crescimento vegetativo teve maior impacto do que a migração: Jaguariúna e Santo Antonio de Posse. Em todos os outros, a migração teve papel preponderante, principalmente em Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, as quais apresentaram 85%, 86% e 93% respectivamente, do crescimento devido aos fluxos populacionais. Importante salientar também que foram esses municípios que apresentaram o maior percentual de crescimento no período, sendo 10,14%, 9,46% e 16,01%, respectivamente.

**Gráfico 1**  
**Proporção do crescimento Vegetativo e Migratório. 1970/80. RMC**



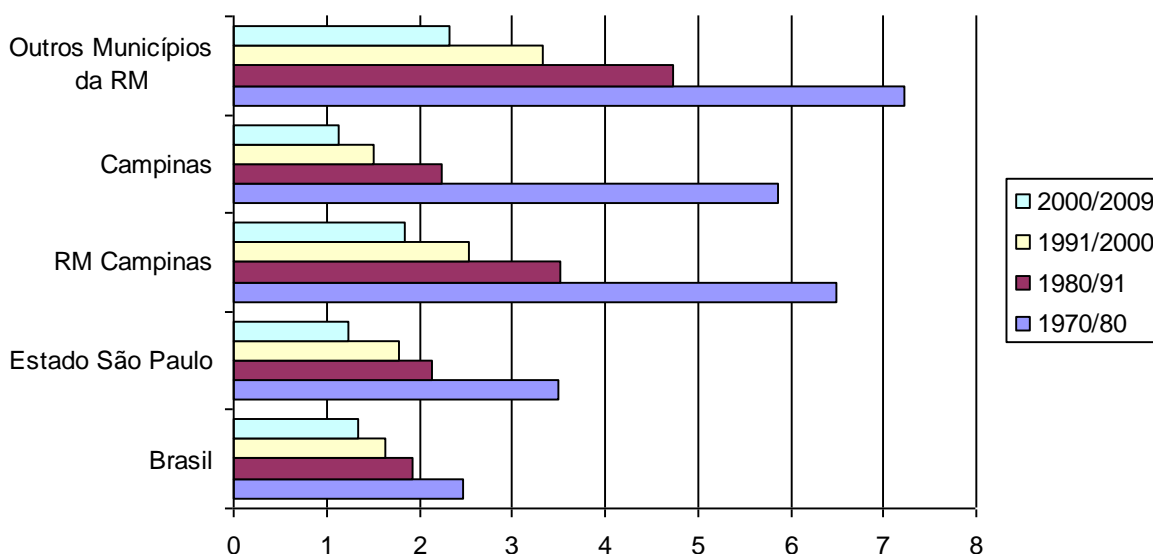
Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1970 e 1980.

Entre 1980 e 1991, a importância relativa da migração diminuiu em praticamente todos os municípios, apesar disso, os números absolutos mostram que o incremento populacional proveniente de outras áreas foi importante. Segundo Cunha (2009) o que explicaria tal crescimento foram os importantes investimentos governamentais, sobretudo a partir dos 70, o que propiciou o crescimento econômico e demográfico de Campinas e sua região de forma vertiginosa, levando-a a se configurar como um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do estado. Os dados apresentados no gráfico 2, mostram claramente que desde 1970, a RM de Campinas vem crescendo em ritmo mais rápido do que todas as outras áreas consideradas, inclusive o próprio estado. Isso vem de encontro com a colocação de Baeninger (2000b, p.07), que afirma que o movimento de desconcentração industrial, e a conseqüente interiorização do desenvolvimento ocorreram nas áreas mais dinâmicas do estado, tornando o interior de São Paulo a segunda concentração industrial do País.

A desconcentração industrial tornou o município de Campinas e aqueles no seu entorno

um espaço privilegiado do processo de interiorização do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, que se desdobra, além da industrialização, para a modernização das atividades agropecuárias articuladas com as atividades industriais e terciárias. (CAIADO; PIRES, 2006, p.285)

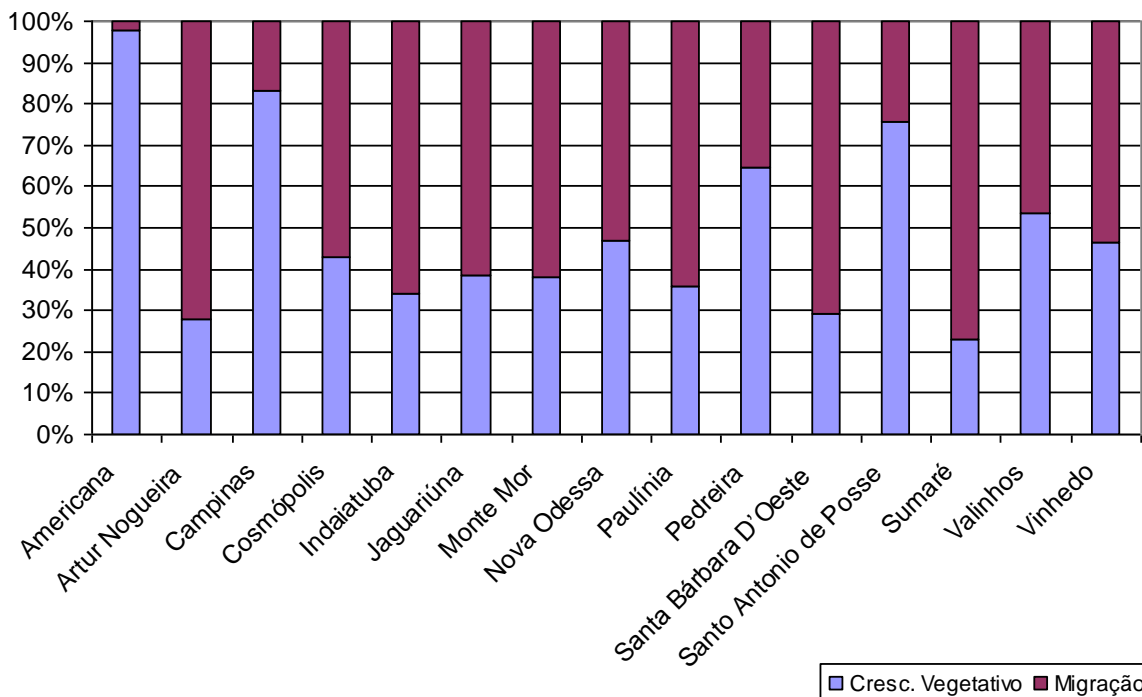
**Gráfico 2**  
**Taxa de crescimento médio anual. 1970/2000**



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e estimativa 2009.

Na década de 80, na maior parte dos municípios o peso da migração no incremento populacional ficou em torno de 50%, sendo que em Americana, Campinas e Santo Antonio de Posse o crescimento vegetativo foi mais expressivo, representando 97%, 83% e 75%, respectivamente.

**Gráfico 3**  
**Relação entre crescimento Vegetativo e Migratório. 1980/91. RMC**



Fonte: FIBGE.Censo Demográfico de 1980 e 1991.

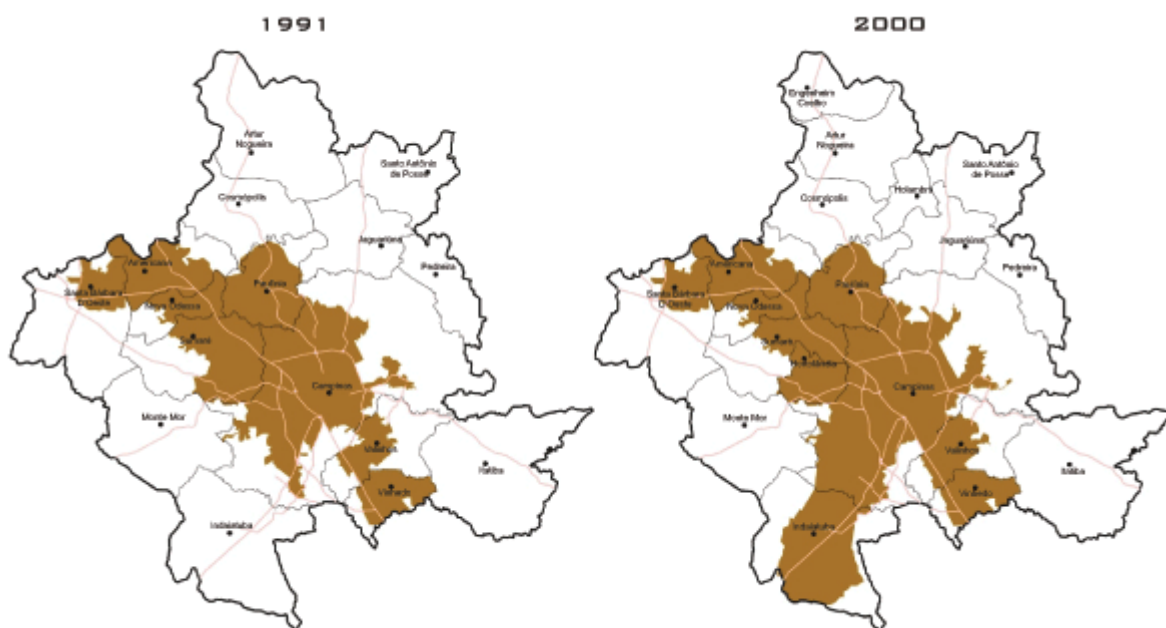
O crescimento demográfico expressivo dos municípios da região de Campinas, alterou não apenas as quantidades populacionais, mas também acabou por formar uma extensa área urbanizada, gerando conurbação entre os municípios da RM. De modo geral, o crescimento e expansão da mancha urbana ocorreram a partir de alguns vetores de expansão, que segundo Caiado e Pires (2006), foram decisivos na direção do espraiamento da urbanização, tendo em vista que o fator principal que condicionou esse espraiamento foram as rodovias. Esse crescimento da mancha urbana ocupou áreas vazias entre aquelas já urbanizadas, ou em continuidade a elas. Em 2000, a área urbanizada ocupava 32% do território e compreendia 86% da população metropolitana (NEPO, 2005).

Segundo estimativas, a RM de Campinas em 2009 chega a 2.752.991 pessoas. O crescimento verificado, segundo a Fundação Seade, entre 2000 e 2009 aproxima-se de 1,86% ao ano. Apesar de apresentar ligeira redução em relação ao crescimento verificado no período 1991/2000, o índice ainda continua a acrescentar quantidade relevante de pessoas nos municípios da RM, e mantendo-se em nível superior ao apresentado por outros locais, como o estado de São Paulo.

A redução apresentada do crescimento médio anual da população na RM de Campinas está relacionada a um aspecto principal: a redução do crescimento vegetativo.

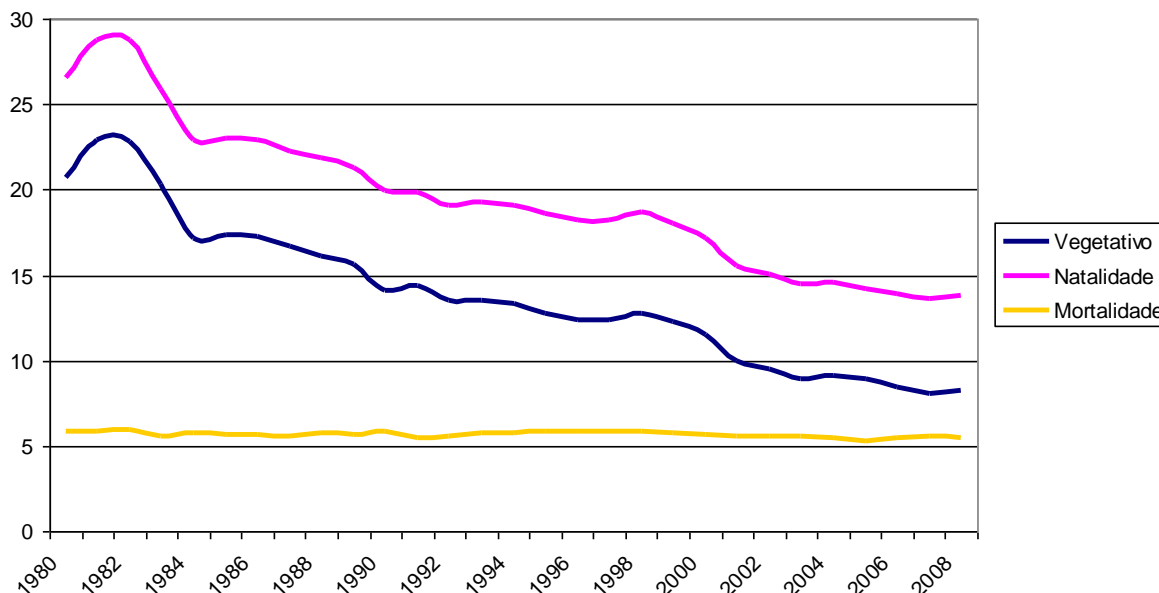
O crescimento vegetativo ou natural é expressado pela diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, e essencial para a compreensão da dinâmica populacional de determinada área. No caso da RM de Campinas, os dados apontam para uma redução gradativa da taxa de crescimento vegetativo, acompanhando a queda da taxa de natalidade, visto que a mortalidade manteve-se estável durante o período analisado, como mostra o gráfico 4.

### Mapas 2 e 3 Mancha Urbana. RM de Campinas. 1991 e 2000.



Fonte: NEPO/UNICAMP. Atlas sociodemográfico. Campinas, 2005.

**Gráfico 4**  
**Crescimento Vegetativo e Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade (mil). 1980 – 2008.**  
**RMC.**



Fonte: Fundação Seade.

A queda verificada para o período representa na verdade uma tendência nacional de redução da taxa de fecundidade, que desde os anos 80 vem causando impacto significativo no crescimento vegetativo da população. O regime de fecundidade na RM de Campinas passou de 2,06 em 1995, para 1,84 em 2000, e 1,5 em 2007<sup>4</sup>. Essa acentuada redução explica não apenas a queda do crescimento vegetativo, mas também a redução do crescimento populacional da região.

O saldo migratório, por outro lado, não seguiu a tendência apresentada pelo crescimento vegetativo, pois apresentou variações significativas no período. A migração tem fortes ligações com as questões econômicas, que ao longo das últimas décadas sofreu com relevantes oscilações, entre momentos bons e ruins. Desta forma, fazer uma caracterização detalhada das condicionantes do saldo migratório para cada ano foge ao escopo deste trabalho, mas mostra-se importante analisar ao menos os pontos centrais das variações do saldo migratório anual para a região.

A década de 70 foi de um intenso crescimento, com uma taxa de crescimento médio anual de 6,49% (gráfico 2), que baixou para menos da metade (3,51%) entre 1980 e 1991. Neste período, o que se observa é um aumento gradativo do saldo, de 1982 até 1991, quando é alcançado o pico, com pouco mais de 36 mil pessoas de saldo migratório para a região. Após 1991, uma queda expressiva de 27% até 1993, sendo que o restante da década de 90 foi de sobremodo estável.

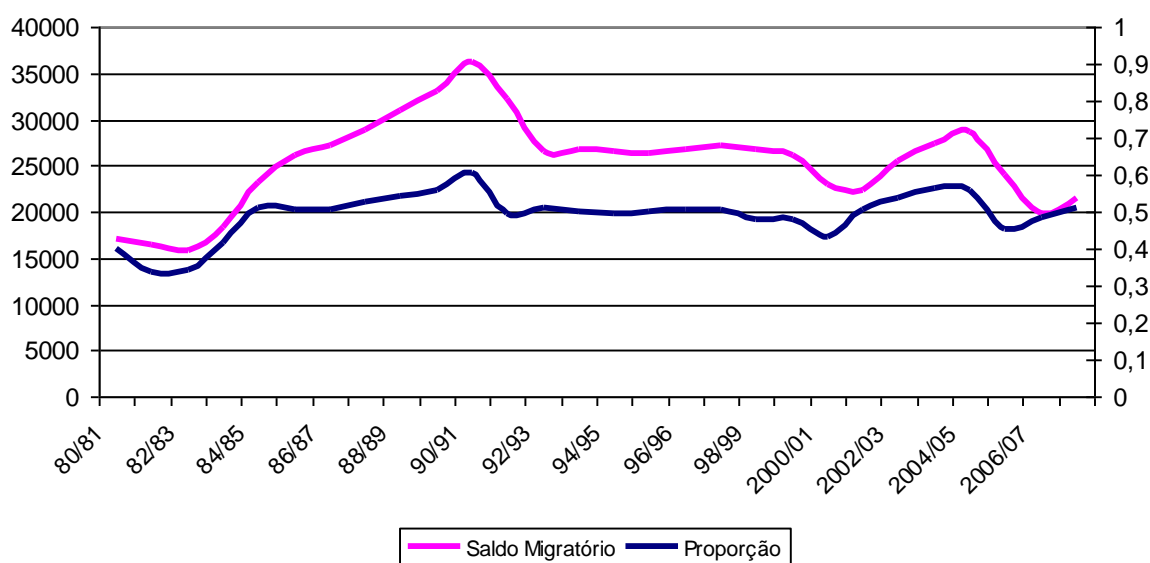
<sup>4</sup> Fonte: Datasus. Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acesso em 31/03/2010.



A década de 90 levou consigo a estabilidade do saldo migratório, que em 2000 e 2001 sofreu redução considerável, seguida por uma alta até 2005, quando novamente volta a cair.

Analisando as informações contidas no gráfico 5, relativo ao saldo migratório anual e a proporção deste saldo no incremento populacional, tem-se a seguinte característica: no início da década de 80, mais especificamente até 84, o saldo migratório representou menos de 40% do crescimento populacional do período, explicado pelo alto crescimento vegetativo. A queda expressiva deste crescimento a partir de 85 (Gráfico 4) fez com que o saldo migratório passasse a representar a maior parte do incremento, atingindo seu ápice em 91, quando o saldo da migração representou 60% do incremento total para os municípios da RMC.

**Gráfico 5**  
**Saldo migratório anual e proporção relativa do crescimento. 1980 – 2008. RMC.**



Fonte: Fundação Seade.

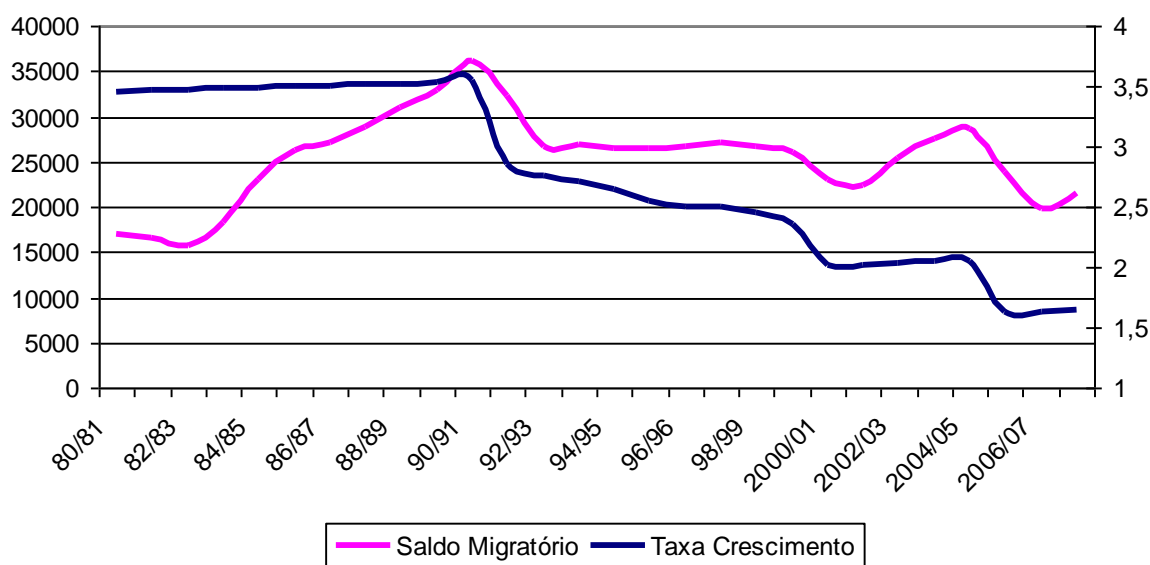
Em 1992, uma expressiva redução do saldo foi observada, sendo que a estabilidade nos anos subsequentes da década fizeram com que a migração representasse aproximadamente metade do incremento até o ano de 99, momento em que o crescimento vegetativo ganha maior representatividade, se mantendo até 2001, principalmente pelo aumento no número de nascimentos ocorridos entre 98 e 2000 (Gráfico 4). Esse aumento nos nascimentos culminou na redução da proporção da participação do saldo migratório no crescimento regional. Entre 2002 e 2008, as estimativas indicam que o saldo migratório continua a representar aproximadamente metade do incremento populacional da região, variando abaixo e acima da linha de 50%, o que indica que o arrefecimento da migração, observado em diversos níveis territoriais, não ocorreu na mesma proporção na RM de Campinas.

O que se observa, neste sentido, é que apesar da pequena redução no volume do saldo migratório a partir de 2000, este continua mantendo sua importância relativa para o incremento populacional na RM, fator este relacionado principalmente a redução no número de filhos, e a conseqüente redução do crescimento vegetativo.

Desta forma, a análise da evolução da taxa geométrica de crescimento da população da RM de Campinas deve considerar que a dinâmica migratória continua sendo expressiva

para o crescimento populacional, por isso, este crescimento ainda se mantém superior ao de outras regiões (Gráfico 2). O gráfico 9 explicita que a queda da taxa de crescimento populacional a partir de 1991 apresenta duas distinções: a primeira, que a forte queda entre 1991 e 1992 é influenciada pela queda do saldo migratório no mesmo ano, mas a partir daí, o saldo migratório se mantém relativamente estável, e a taxa continua sua queda gradativa, influenciada principalmente pela redução do crescimento vegetativo. Em 2000 e 2005 se observa diminuição considerável da taxa devido a instabilidade do saldo migratório, mas a tendência de redução apresentada pelo crescimento vegetativo a partir de 1980 é preponderante para a redução da taxa de crescimento nas ultimas décadas.

**Gráfico 6**  
**Saldo migratório e taxa geométrica de crescimento anual. 1980 – 2008. RMC.**



Fonte: Fundação Seade.

### Migração intrametropolitana e suas especificidades na RM de Campinas

Tendo em vista que, como destacado anteriormente, a mobilidade populacional no Brasil esteve pautada nas questões econômicas, na RMC não seria diferente: 56% dos migrantes com tempo de residência entre 0 e 9 anos afirmam que a motivação de deixar o município de residência anterior esteve ligado com questões relativas ao trabalho. Esse valor ficou em 46,5% para os migrantes com mais de 10 anos, e 49,8% para os não migrantes<sup>5</sup>. (Gráfico 7)

Pode-se considerar, nesse sentido, que a não melhora das condições a que o indivíduo dispunha anteriormente (como a não absorção do migrante pelo mercado de trabalho formal), pode significar condições propicias para um novo movimento, seja para outro lugar, ou de volta ao local de origem.

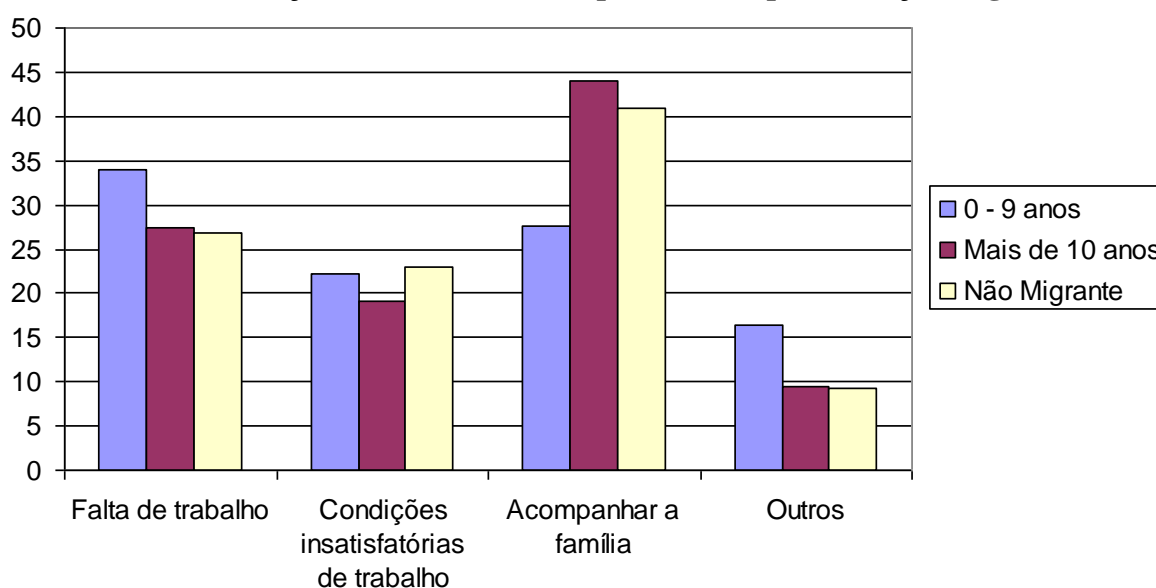
Parte importante no processo de adaptação do migrante na nova região é a existência de redes que possam indicar possibilidades de alocação, tanto no mercado de trabalho quanto

<sup>5</sup> Não migrantes na pesquisa foram considerados os naturais, e aqueles com mais de 20 anos de residência.

a habitação. Acompanhar a família, com grande representatividade como fator preponderante de saída do município anterior, é um indicativo da importância das redes familiares, que acabam influenciando no direcionamento, incremento e na manutenção dos fluxos migratórios (Cunha, 2009).

As redes familiares ou sociais podem ser de grande valia para os migrantes, pois acumulam conhecimento do local, disponibilizando informações chave para a adaptação na região, vencendo alguns obstáculos inerentes ao processo migratório. Na obtenção de moradia, mesmo que de forma provisória as redes familiares se mostram importantes: 7,9% dos responsáveis do domicílio com tempo de residência entre 0 e 9 anos foram morar na casa de parentes quando chegaram à região, sendo que a porcentagem ficou em 10,4% para aqueles entre 10 e 19 anos, e 12,1% para os não migrantes.

**Gráfico 7**  
**Motivação de saída do município anterior por condição migratória**



Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007.

Segundo Kaztman (2000, p.03, tradução livre), existe “um conjunto de atributos que se consideram necessários para o aproveitamento da estrutura de oportunidades existentes”, sem os quais dificilmente o indivíduo alcança melhores posicionamentos quanto ao estado de bem estar social. Dentre estes atributos, podemos citar como fator principal a acumulação de ativos, sejam eles físicos (bens e capital), humanos (qualificações e habilidades individuais) ou sociais (relações de trocas, vínculos comunitários etc.).

Neste sentido, os movimentos observados nas metrópoles indicam que boa parte da mobilidade está relacionada à busca pela aquisição de ativos. Se focarmos a análise nos ativos físicos, podemos observar que é relevante o número de famílias que migram buscando a aquisição do imóvel próprio, apesar de não ter grande representatividade na RM de Campinas.

Dentre aqueles que migraram de outras regiões, o motivo mais forte de escolherem a RMC foram as oportunidades de trabalho, apontado por 35,7% dos responsáveis por domicílio<sup>6</sup>. Quanto a aquisição de moradia, apenas 2,7% dos responsáveis indicaram preços

<sup>6</sup> Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007.

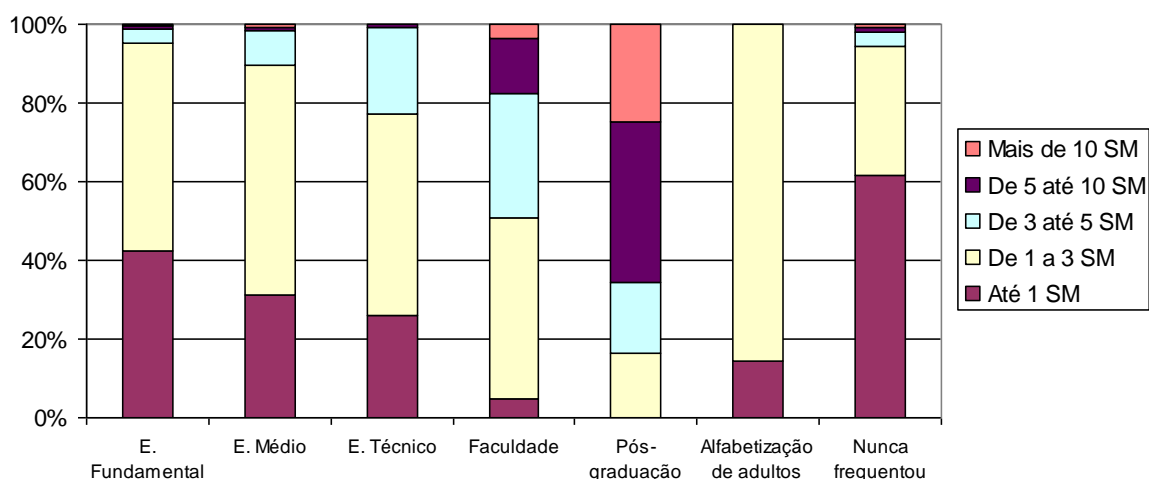
convidativos de casas e terrenos como responsáveis pela mudança para a região. Na RMC, fica claro que a mobilidade intrametropolitana não está diretamente associada a conquista da casa própria. Dentre os migrantes intrametropolitanos, apenas 37,5% daqueles que mudaram de município se instalaram em casa própria, sendo que a ampla maioria (56%) foi morar em casas alugadas. Na mesma linha, os dados mostram que 59,1% das mudanças dentro do mesmo município foram motivadas pela aquisição de terreno ou casa própria, sendo que 44,4% destes migrantes intraurbanos indicaram preços acessíveis como fator decisivo para a escolha do novo bairro de moradia.

No âmbito dos ativos de capital humano, o acesso a maior escolaridade pode representar oportunidade de ascensão social. Nas grandes metrópoles, com seus altos níveis de industrialização e especialização, a capacitação é fator essencial para entrada e melhor alocação no mercado de trabalho. Além disso, é fato empírico que a escolarização reflete nos níveis de renda da população (Gráfico 8), e nesse sentido, políticas e incentivos para o acesso a universidade por parte da população menos favorecida pode representar não apenas melhores oportunidades no mercado de trabalho, mas também melhores condições de vida.

Os ativos de cunho social, apesar de não serem palpáveis, podem fazer a diferença no enfrentamento de dificuldades. Desta forma, quanto mais economicamente heterogêneas forem as relações sociais do indivíduo, maiores serão suas oportunidades de ascensão social (Katzman, 2000). Analisar a localização espacial na cidade mostra-se primordial para compreender as possibilidades individuais, visto que a pobreza tem um componente espacial, na literatura denominada segregação espacial. (Torres *et al.*, 2003).

A segregação socioespacial pode representar um obstáculo na busca por ascensão social dos indivíduos, sendo que para a compreensão do peso desse fator na população, outros dois conceitos devem ser trabalhados concomitantemente, pois se correlacionam, sendo eles o de geografia de oportunidades, que operacionaliza a noção da distribuição espacial da população e seus impactos, e o efeito de bairro, que mede o efeito da exposição a ambientes segregados.

**Gráfico 8**  
**Renda x Escolaridade 2007. RMC.**



Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

Assim, parte-se do pressuposto de que compreender de que forma os grupos populacionais e as instituições estão distribuídos pelo espaço é essencial para o entendimento da dinâmica de funcionamento da economia, e de que forma as pessoas estão inseridas nesta. A geografia de oportunidades (Galster; Killen, 1995) busca compreender e associar as oportunidades e o processo de tomada de decisão dos indivíduos, levando em consideração a sua localização no espaço, e esta em relação ao emprego. Não distante desta linha, o efeito de bairro (Jencks; Mayer, 1990), busca analisar qual o efeito que a exposição a ambientes segregados e comportamentos específicos podem ter sobre um indivíduo, como uma socialização dos comportamentos.

Tendo o espaço importância primordial para a compreensão das problemáticas metropolitanas, analisar os condicionantes da distribuição populacional nestas áreas é fator indispensável, visto que essa mobilidade apenas responde a fatores estruturais. Desta forma, as características de cada município de uma região metropolitana pode propiciar ou não condições de ascensão social, a partir das características espaciais e da distribuição das instituições.

### **Considerações Finais**

A importância da migração intrametropolitana no contexto de arrefecimento das migrações de longa distância tem aumentado, e o seu estudo se mostra importante não apenas enquanto fenômeno redistributivo de população, mas também enquanto estratégia de adaptação frente as intempéries metropolitanas.

Desta forma, mesmo com os dados da Região Metropolitana Campinas apontando ainda uma forte participação da migração no incremento populacional, este se deve em grande parte a redução do crescimento vegetativo, principalmente devido a queda da taxa de fecundidade total, uma tendência nacional, e que chega a níveis baixíssimos na RMC.

A análise da migração intrametropolitana, apesar de não trazer nenhuma grande novidade ao que já era conhecido, apresenta-se como ferramenta importante para a compreensão das condições de vida da população, principalmente se trabalhada a partir da localização espacial a que os indivíduos habitam, afinal, o espaço não é simplesmente receptáculo dos atores sociais, mas sim parte importante dos fenômenos sociais.

### **Referências Bibliográficas**

BAENINGER, R., MAIA, P. B. *Migração em São Paulo – Região de Governo de Campinas*. São Paulo: UNICAMP, 1992. (Textos NEPO, 22).

\_\_\_\_\_. Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas, 1992. 212f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000a.

\_\_\_\_\_. (1994). Homogeneização de tendências populacionais em São Paulo: o papel dos pólos regionais no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população. In: Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais Caxambu, 1994, v.1, p.473

\_\_\_\_\_; GONÇALVES, R. “Novas Espacialidades no Processo de Urbanização: A Região Metropolitana de Campinas”. In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP, Caxambu, 2000b.

CAIADO, Maria C. S. “O Padrão de Urbanização Brasileiro e a Segregação Espacial da População na Região de Campinas: O Papel dos Instrumentos de Gestão Urbana”. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 1998.

\_\_\_\_\_, M.C.S.; PIRES M.C.S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. 1 ed. Campinas: UNICAMP, 2006, v. , p. 337-363.

CUNHA, J. M.; RODRIGUES, I. “Processos Migratórios: Uma perspectiva regional”. In: Revista São Paulo em Perspectiva, 3(3):60-68, jul./set. 1989.

\_\_\_\_\_; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Comtemporáneo. Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

\_\_\_\_\_. Mobilidade intrametropolitana, redes sociais e vulnerabilidade: um estudo das Regiões Metropolitanas de São Paulo. NEPO/UNICAMP, 2009. [mimeo]

\_\_\_\_\_. “Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do município de São Paulo”. *Conjuntura Demográfica*, São Paulo, n. 22, 1993.

\_\_\_\_\_. “Mobilidade intrametropolitana: questões metodológicas para o seu estudo”. REBEP, v.10/1-2, 1993.

\_\_\_\_\_; SOBREIRA, D. “A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000”. In: Anais do V Encontro Nacional sobre Migração: Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_; JAKOB, A. A. E. ; JIMÉNEZ, M.A. ; TRAD, I. L. Expansão Metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. 1 ed. Campinas: UNICAMP, 2006, v. , p. 337-363.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA A. . População e Espaço Intraurbano em Campinas. In: Daniel Joseph Hogan; Rosana Baeninger; José Marcos Pinto da Cunha; Roberto Luiz do Carmo. (Org.). Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas. 1 ed. Campinas: Unicamp, 2001, v. 1, p. 351-398.

GALSTER C.; KILLEN, S. The geography of metropolitan opportunity: a connaissance and conceptual framework. *Housing Policy Debate*, v.6, n.1, p.7- 43, 1995.

JENKS, C.; MAYER, S. The consequences of growing up in a poor neighborhood. In: LYNN, L.; MCGEARY, M.G.H. (Ed.). Inner - city poverty in the United States. Washington: National Academy Press, 1990.

LAGO, L.C. Estruturação urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro. São Paulo, 254f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo, 2000.

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.75, dec./2001.

\_\_\_\_\_. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. (Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones). Disponível em: <[www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos](http://www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos)>.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (org). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MARTINE, George et al. “Migração, Crise e outras Agruras”. In: Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, 1984, v.3, p.1449-1476

\_\_\_\_\_. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Texto para Discussão n.329, Brasília, IPEA, 1994.

NEPO. Sumário de dados da Região Metropolitana de Campinas. NEPO/UNICAMP, 2009

OJIMA, R. ; SILVA, R. B. ; PEREIRA, R. H. M. . A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. In: V Encontro Nacional sobre Migrações, 2007, Campinas. V Encontro Nacional sobre Migrações, 2007.

SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à Indústria*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

TORRES, H. da G. *et al.* “Pobreza e Espaço: padrões de segregação em São Paulo”. Estudos Avançados, vol.17, nº47, São Paulo. Jan./Apr. 2003.